

Publicação: 2.

Data de Disponibilização: 12/01/2026

Data de Publicação: 13/01/2026

Jornal: Diário Oficial PERNAMBUCO

Local: Tribunal de Contas do Estado

Página: 0000002

Decisões Monocráticas - Medidas Cautelares

EXTRATO DE DELIBERACAO INTERLOCUTORIA PROCESSO TCE-PE Nº 25101801-5 RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADRIANO CISNEIROS MODALIDADE - TIPO: MEDIDA CAUTELAR - MEDIDA CAUTELAR EXERCICIO: 2025 UNIDADE JURISDICIONADA: CAMARA MUNICIPAL DE CEDRO INTERESSADOS: MARIA RIVA BEZERRA RODRIGUES ADVOGADOS: **DANNY WAYNE SILVESTRE MONTEIRO** - OAB: **26169PE** Isso posto, indefiro o pedido de medida cautelar: CONSIDERANDO o Parecer do Ministerio Publico de Contas, o qual sigo na integra; CONSIDERANDO que a concessao de medida cautelar em sede de controle externo exige a demonstracao concomitante do fumus boni iuris (aparencia do bom direito) e do periculum in mora (perigo da demora na prestacao jurisdicional), como requisitos cumulativos e indispensaveis para a intervencao excepcional na atividade administrativa; CONSIDERANDO que, embora restejam configurados indicios relevantes de irregularidade no Processo Licitatorio nº 012/2025 - Inexigibilidade nº 003/2025, especialmente quanto a inversao da ordem procedimental, com emissao de empenhos e realizacao de pagamentos antes da autuacao do processo e da formalizacao contratual, caracterizando o requisito do fumus boni iuris; CONSIDERANDO que o Contrato nº 012/2025 encontra-se em execucao desde marco de 2025, tendo transcorrido mais de oito meses de sua vigencia, com termo final estabelecido para 31 de dezembro de 2025; CONSIDERANDO que a suspensao imediata da execucao contratual, neste estagio avancado de sua vigencia, resultaria em efetividade diminuta da medida cautelar em termos de protecao ao erario publico, considerando o exíguo periodo entre a interposicao da Medida Cautelar eu vencimento do contrato; CONSIDERANDO que os servicos de assessoria juridica sao essenciais ao funcionamento regular da Camara Municipal, envolvendo a elaboracao e revisao de atos administrativos, analise de proposicoes legislativas e demais atribuicoes consultivas necessarias ao Poder Legislativo local; CONSIDERANDO que a interrupcao abrupta desses servicos poderia comprometer atividades legislativas em curso e o regular funcionamento da Administracao Publica municipal, causando potencial prejuizo ao interesse publico superior ao beneficio que se pretende alcancar com a medida; CONSIDERANDO que nao foram apresentadas evidencias concretas de que os servicos contratados nao estejam sendo efetivamente prestados ou de que sejam manifestamente contratados nao estejam sendo efetivamente prestados ou de que sejam manifestamente inadequados, inadequados ou prejudiciais as necessidades da Administracao, restringindose as irregularidades apontadas aos aspectos formais e procedimentais da contratacao; CONSIDERANDO que nao restou demonstrado prejuizo material atual e concreto ao erario decorrente da execucao do contrato, mas apenas indicios de irregularidade procedimental que demandam aprofundada investigacao; CONSIDERANDO que o perigo na demora, pressuposto essencial da tutela cautelar, nao se encontra suficientemente caracterizado, uma vez que a proximidade do termino natural da vigencia contratual reduz

significativamente o risco de continuidade de eventual lesao ao patrimonio publico; CONSIDERANDO que a proporcionalidade e a razoabilidade, principios informadores da atuacao do controle externo, recomendam que se evite intervencao drastica em contrato em fase final de execucao quando existem mecanismos alternativos igualmente eficazes para a protecao do interesse publico; CONSIDERANDO que a instauracao de auditoria especial constitui medida mais adequada e proporcional ao caso concreto, permitindo investigacao tecnica aprofundada de todos os aspectos da contratacao, com observancia do contraditorio e da ampla defesa, e possibilitando a identificacao precisa de responsabilidades; NEGO, ad referendum da Primeira Camara deste Tribunal de Contas, a medida cautelar pleiteada. DETERMINO a DEX a abertura de processo de auditoria especial para apuracao das irregularidades identificadas no Processo Licitatorio nº 022/2025 - Inexigibilidade nº 010 /2025, da Camara Municipal de Cedro, devendo a equipe tecnica investigar. GAU 02, 12 de janeiro de 2026. Adriano Cisneiros

Publicação: 3.

Data de Disponibilização: 12/01/2026

Data de Publicação: 13/01/2026

Jornal: Diário Oficial PERNAMBUCO

Local: Tribunal de Contas do Estado

Página: 0000005

Decisões Monocráticas - Medidas Cautelares

EXTRATO DE DELIBERACAO INTERLOCUTORIA PROCESSO TCE-PE Nº 25101805-2 RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADRIANO CISNEIROS MODALIDADE - TIPO: MEDIDA CAUTELAR - MEDIDA CAUTELAR EXERCICIO: 2025 UNIDADE JURISDICIONADA: CAMARA MUNICIPAL DE CEDRO INTERESSADOS: MARIA RIVA BEZERRA RODRIGUES ADVOGADOS: **DANNY WAYNE SILVESTRE MONTEIRO** - OAB: **26169PE** Isso posto, indefiro o pedido de medida cautelar: CONSIDERANDO o Parecer do Ministerio Publico de Contas, o qual sigo na integra; CONSIDERANDO que foram emitidos tres empenhos em favor do escritorio contratado (R\$ 6.500,00 cada), pagos em 21/08/2025, 25/09/2025 e 20/10/2025, anteriormente a atuacao do processo licitatorio, que ocorreu apenas em 10/09/2025; CONSIDERANDO que esta cronologia evidencia que o processo foi formalizado para conferir aparencia de legalidade a prestacao de servicos ja em execucao, configurando grave vicio de origem; CONSIDERANDO que o unico atestado de capacidade tecnica apresentado foi emitido pela propria Camara Municipal de Cedro em 13/10/2025, data posterior a assinatura do contrato (10/09/2025), constituindo indicio de possivel montagem processual; CONSIDERANDO que nao foram identificadas evidencias de pesquisa previa de precos no processo licitatorio, violando os principios da economicidade e eficiencia; CONSIDERANDO que a requerente nao apresentou elementos concretos que evidenciem prejuizo iminente e irreparavel aos cofres publicos caso a contratacao prossiga ate seu termo final; CONSIDERANDO que o contrato possuia vigencia ate 31/12/2025; CONSIDERANDO que nao ha comprovacao nos autos de que os servicos nao estejam sendo prestados ou que sua continuidade cause dano superior ao que a suspensao abrupta poderia ocasionar; CONSIDERANDO que a medida cautelar possui natureza excepcional e somente se justifica quando o perigo da

demora seja concreto, atual e irreparável, circunstâncias não verificadas no caso concreto; CONSIDERANDO, que não restou demonstrado o requisito do periculum in mora, uma vez que a requerente não comprovou prejuízo iminente e irreparável, e o contrato se encerra em 31/12/2025; NEGO, ad referendum da Primeira Câmara deste Tribunal de Contas, a medida cautelar pleiteada. DETERMINO a DEX a abertura de processo de auditoria especial para apuração das irregularidades identificadas no Processo Licitatório nº 022/2025 - Inexigibilidade nº 010 a equipe técnica investigar. 0f2447d6-f9ec-4b6e-8dcc-971793f0e922) devendo aqui. (chave: de Cedro, para validação: clique pelo TCEPE Municipal /2025, da Câmara Documento assinado eletronicamente irregularidades identificadas no Processo Licitatório nº 022/2025 - Inexigibilidade nº 010 /2025, da Câmara Municipal de Cedro, devendo a equipe técnica investigar. GAU 02, 12 de janeiro de 2026. Adriano Cisneiros